

VERSÃO INICIAL

AVISO CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA

PRIORIDADE DE INVESTIMENTO: INVESTIMENTO NA SAÚDE E NAS INFRAESTRUTURAS SOCIAIS QUE CONTRIBUAM PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL, REGIONAL E LOCAL, PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES DE SAÚDE, PARA A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DE MELHOR ACESSO AOS SERVIÇOS SOCIAIS, CULTURAIS E DE RECREIO, ASSIM COMO PARA A TRANSIÇÃO DOS SERVIÇOS INSTITUCIONAIS PARA OS SERVIÇOS DE BASE COMUNITÁRIA

INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS SOCIAIS

**ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS - MULHERES
VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

AVISO N.º CENTRO-42-2020-85

DOMÍNIO INCLUSÃO SOCIAL E EMPREGO

(03/11/2020)

Índice

Preâmbulo	3
1. Objetivos e prioridades de investimento visadas.....	5
2. Tipologia das operações	5
3. Área geográfica de aplicação.....	6
4. Beneficiários	6
5. Condições gerais de elegibilidade do beneficiário e das operações	6
6. Condições específicas de acesso ao presente Aviso	7
7. Regras e limites à elegibilidade de despesas	8
8. Critérios de seleção das candidaturas.....	8
9. Limite ao número de candidaturas	9
10. Prazo de Execução das Operações.....	10
11. Taxas de financiamento das despesas elegíveis	10
12. Forma e limites dos apoios.....	10
13. Modalidades, procedimentos e prazo para apresentação das candidaturas.....	10
14. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas	11
15. Aceitação da decisão	11
16. Dotação indicativa do fundo a conceder	12
17. Identificação dos indicadores de realização e resultado a alcançar.....	12
18. Programas Operacionais Financiadores	12
19. Divulgação de resultados e pontos de contacto	13
Anexo A – Custos Padrão	14
Anexo B - Metodologia e critérios de seleção das candidaturas	15
Anexo C – Documentação Obrigatória na Instrução de Candidaturas	17
Anexo D – Diagrama dos procedimentos de análise e decisão das candidaturas.....	20

Preâmbulo

Tendo em vista os compromissos assumidos por Portugal ao nível europeu, em matéria de coesão social e territorial, para o período 2014-2020 (nomeadamente através do combate à pobreza, da promoção da empregabilidade e da inclusão social numa lógica integrada), bem como o posicionamento da Região Centro em termos da oferta da rede de equipamentos de apoio social, é pretensão do Programa CENTRO 2020 contribuir para a melhoria do acesso das populações a este tipo de serviços, bem como dotá-los de meios físicos, tecnológicos e humanos satisfatórios para uma resposta de qualidade nos cuidados prestados.

Por outro lado, considerando que:

- a) A violência contra as mulheres e a violência doméstica é transversal a toda a sociedade, sendo que as pessoas idosas, designadamente as mulheres, se encontram em situação de especial vulnerabilidade. De acordo com o Relatório Anual de Monitorização da Violência Doméstica 2018 da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna, as mulheres são 83,2% das vítimas de violência doméstica e, destas, 5,6% têm entre 65 e 75 anos e 3,7% mais de 75 anos. Na análise anual efetuada pela CIG aos números reportados pelas estruturas da Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD), especificamente na análise das casas de abrigo, no ano de 2018, foram acolhidas 23 mulheres com mais de 66 anos, sendo de registar também que na faixa etária 56-65 anos foram acolhidas 73 mulheres. No que concerne ao ano de 2019, estas estruturas acolheram 22 mulheres com mais de 66 anos e, na faixa 56-65 anos, 77 mulheres;
- b) Nos termos conjugados da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, na redação atual, e do Decreto Regulamentar n.º 2/2018, de 24 de janeiro, a RNAVVD inclui um conjunto de estruturas de acolhimento para vítimas de violência doméstica, tendo em vista a respetiva autonomização: casas de abrigo destinadas ao acolhimento temporário não superior a 6 meses, prorrogável por igual período; e respostas de acolhimento de emergência destinadas ao acolhimento urgente, transitório e de curta duração, não superior a 15 dias, prorrogável por igual período. Nos termos do n.º 2 do artigo 53.º-A da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, nos casos em que as vítimas são pessoas idosas ou em situação dependente, sem retaguarda familiar, deve o ISS, I. P., ou outro organismo competente, desenvolver um encaminhamento prioritário para o acolhimento no âmbito da rede de serviços e equipamentos sociais, sem prejuízo da articulação devida com a RNAVVD.

- c) Importa garantir a existência de estruturas de acolhimento adequadas às necessidades específicas destas mulheres, tendo em conta a sua especial vulnerabilidade, em razão da sua idade, no âmbito da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD), e conforme preconizado no Plano de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e violência doméstica 2018-2021, da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual”, aprovada em anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio;
- d) Estas respostas devem cruzar a especialização técnica dos serviços de apoio a pessoas idosas e dos serviços de apoio a vítimas de violência doméstica e acautelar a disponibilização de estruturas residenciais que não estejam limitadas ao acolhimento temporário ou transitório;
- e) A necessidade de implementação de soluções que permitem colmatar esta necessidade de proteção específica, reconhecida pela Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade do XXII Governo Constitucional ao desenvolver diligências junto das partes envolvidas na celebração de protocolos de cooperação.

Neste contexto, pretende-se apoiar a criação de uma resposta integrada inovadora, de âmbito regional, que responda à especial vulnerabilidade destas vítimas, cruzando a especialização técnica dos serviços de apoio a pessoas idosas e dos serviços de apoio a vítimas de violência doméstica.

Para tal, foi assinado um Protocolo de Cooperação para a Implementação da Experiência Piloto Estrutura de Acolhimento Residencial para Pessoas Idosas - Mulheres Vítima de Violência Doméstica, nomeadamente entre o Instituto da Segurança Social, I.P., que garantirá o financiamento integral do respetivo funcionamento e o cumprimento dos requisitos legais e condições de acesso, e o Centro Paroquial da Cunha Baixa, IPSS, em Mangualde, que garantirá a execução e gestão da estrutura.

O presente Aviso Convite é apresentado nos termos do artigo 16.º do Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 88/2018, de 6 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 127/2019, de 29 de agosto, e do Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego, doravante designado por REISE, publicado em anexo à Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, alterada pelas Portarias n.ºs 181-C/2015, de 19 de junho, 265/2016, de 13 de outubro, e 41/2018, de 1 de fevereiro, que estipula que as candidaturas podem ser apresentadas no âmbito de um procedimento de

concurso ou por convite, cujos Avisos são divulgados através do Portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt).

1. Objetivos e prioridades de investimento visadas

O objetivo específico deste Aviso Convite consiste em conceder “Apoio ao investimento em infraestruturas e equipamentos sociais na área da deficiência, da terceira idade e da infância, de modo a melhorar as respostas sociais existentes” (de acordo com o texto do Programa Operacional), ou, dito de outro modo, “apoiar a reconversão, remodelação, ampliação e adaptação infraestrutural da rede social e solidária, viabilizando a promoção de respostas de qualidade aos utentes dos serviços, a adoção de soluções capazes de assegurar a qualidade e modernização (...)” (artigo 253.º do REISE).

Este apoio deverá estar enquadrado no exercício de planeamento das infraestruturas sociais (mapeamento), em coerência com investimento já efetuado em anteriores ciclos de programação e avaliação da oferta da existente.

Nos termos da Secção II do Capítulo IX do REISE, no presente Aviso utiliza-se a Tipologia de Investimento designada por “Investimento na área dos equipamentos sociais”.

2. Tipologia das operações

- 2.1. São suscetíveis de apoio no âmbito do presente Aviso, as operações com enquadramento no mapeamento dos equipamentos sociais e na secção II do Capítulo IX do REISE relativa a “Investimento na área dos equipamentos sociais”, desde que no âmbito da resposta social ERPI (Estrutura Residencial para Idosos), e exclusivamente dedicada a Idosas Vítimas de Violência Doméstica.
- 2.2. Para efeitos do presente aviso são elegíveis as ações de reconversão, remodelação e adaptação dos espaços físicos e a aquisição de equipamentos da rede de equipamentos sociais, bem como o apetrechamento e ou substituição de equipamento móvel, enquadráveis nas tipologias elegíveis do artigo 254.º da Portaria n.º 97-A/2015 de 30 de março, na sua redação atual;

3. Área geográfica de aplicação

O presente Aviso de Concurso tem aplicação na NUTS II da Região Centro de Portugal, definida de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 244/2002, de 5 de novembro.

4. Beneficiários

O beneficiário do apoio previsto no presente Aviso Convite é o Centro Paroquial da Cunha Baixa, IPSS, no âmbito do Protocolo de Cooperação para a implementação da experiência piloto Estrutura de Acolhimento Residencial para Pessoas idosas - Mulheres vítimas de violência doméstica celebrado com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, Instituto da Segurança Social, I.P. e a Câmara Municipal de Mangualde, com enquadramento no artigo 255.º da Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, na sua atual redação, enquanto entidade de direito privado sem fins lucrativos que atuam na área social.

5. Condições gerais de elegibilidade do beneficiário e das operações

Ao presente Aviso aplicam-se os critérios gerais de elegibilidade do beneficiário e das operações, previstos nos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e no artigo 247.º do REISE, designadamente:

- a) Estarem legalmente constituídos [alínea a) do Art.º 13 - DL 159/2014];
- b) Terem a situação tributária e contributiva regularizada perante a administração fiscal e a segurança social (a verificar até ao momento da assinatura do termo de aceitação [alínea b) do Artº 13 - DL 159/2014];
- c) Poderem legalmente desenvolver as atividades no território abrangido pelo PO ou PDR e pela tipologia das operações e investimentos a que se candidatam [alínea c) do Artº 13 - DL 159/2014];
- d) Possuírem, ou poderem assegurar até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação [alínea d) do Artº 13 - DL 159/2014];
- e) Terem a situação regularizada em matéria de reposições, no âmbito dos financiamentos dos FEEI [alínea e) do Artº 13 - DL 159/2014];
- f) Apresentarem uma situação económico-financeira equilibrada ou demonstrarem ter capacidade de financiamento da operação [alínea f) do Artº 13 - DL 159/2014];

- g) Não terem apresentado a mesma candidatura, no âmbito da qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência [alínea g) do Art.º 13 - DL 159/2014];
- h) Não disporem de impedimentos e/ou condicionamentos previstos no Art.º 14 do DL 159/2014;
- i) As operações demonstrem adequado grau de maturidade, de acordo com os requisitos mínimos fixados pela autoridade de gestão nos avisos para apresentação de candidaturas [alínea a) do n.º 1 do Art.º 247 do REISE];
- j) Justifiquem a necessidade e a oportunidade da realização da operação [alínea b) do n.º 1 do Art.º 247 do REISE];
- k) Apresentem uma caracterização técnica e uma fundamentação dos custos do investimento e do calendário de realização física e financeira [alínea c) do n.º 1 do Art.º 247 do REISE];
- l) Demonstrem a sustentabilidade da operação após a realização do investimento [alínea d) do n.º 1 do Art.º 247 do REISE];
- m) Incluam indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o contributo da operação para os respetivos objetivos, bem como monitorizar o grau de execução da operação e o cumprimento dos resultados previstos [alínea e) do n.º 1 do Art.º 247 do REISE];
- n) Apresentem um plano de comunicação a desenvolver no decurso da implementação da operação e na sua conclusão, que permita a informação e divulgação dos indicadores de resultado da operação junto dos potenciais beneficiários ou utilizadores e do público em geral, que evidencie o cumprimento das obrigações fixadas no n.º 3 do artigo 115.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro [alínea f) do n.º 1 do Art.º 247 do REISE], assegurando a natureza confidencial da localização e funcionamento deste tipo de resposta;
- o) Cumpram as orientações e normas técnicas aplicáveis à tipologia da operação, tal como definidas pelas entidades competentes [alínea g) do n.º 1 do Art.º 247 do REISE].

6. Condições específicas de acesso ao presente Aviso

- 6.1. Obrigatoriamente a entidade terá de dispor de Protocolo de Cooperação para a implementação da experiência piloto - Estrutura de Acolhimento Residencial para Pessoas idosas - Mulheres vítimas de violência doméstica.
- 6.2. Ter enquadramento no exercício de mapeamento das infraestruturas sociais;

- 6.3. O grau de maturidade dos investimentos a candidatar deve ser comprovado pela apresentação do projeto técnico de execução (arquitetura e especialidades) aprovado, demonstrando que estão em condições de lançar o procedimento de concurso, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP), no prazo de 30 dias úteis após a assinatura do Termo de Aceitação;
- 6.4. Não são elegíveis as intervenções de modernização ou reconversão de equipamentos cofinanciados nos últimos 10 anos, conforme restrições ao financiamento constante do texto do Programa Operacional;
- 6.5. Possuírem a totalidade dos documentos constantes do Anexo C.

7. Regras e limites à elegibilidade de despesas

- 7.1. Sem prejuízo das regras e limites à elegibilidade de despesas definidas no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e no artigo 247.º do REISE, e tendo presente que este Aviso se destina a apoiar exclusivamente intervenções ao nível das infraestruturas sociais, definem-se, nos termos do n.º 11, do artigo 15.º já referido, as seguintes restrições de elegibilidade da despesa:
 - i) Não será elegível o financiamento de despesas de manutenção/conservação das infraestruturas;
 - ii) Todos os investimentos apoiados terão em conta os custos padrão estabelecidos em articulação com o setor (conforme **Anexo A**) no apuramento do investimento elegível a cofinanciar.
- 7.2. No caso de projetos geradores de receita, a despesa elegível de uma operação com custo total igual ou superior a 1 milhão de euros, é reduzida antecipadamente, tendo em conta o potencial da operação para gerar receita líquida ao longo de um determinado período de referência, que abrange tanto a execução da operação como o período após a sua conclusão, nos termos do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

8. Critérios de seleção das candidaturas

As candidaturas a fundos comunitários são avaliadas com base no seu mérito, tal como definido no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e no artigo

11.º do REISE, devendo traduzir o alinhamento com os resultados que se pretendem atingir no âmbito do objetivo específico do Programa

O indicador absoluto de Mérito do Projeto (MP) resulta da soma ponderada dos critérios de seleção (sendo o resultado arredondado a duas casas decimais), segundo uma metodologia de cálculo previamente aprovada pelo Comité de Acompanhamento do CENTRO 2020, conforme descrito no **Anexo B**.

O indicador de MP é calculado com base na seguinte fórmula:

$$MP = 0,20*a + 0,20*b + 0,20*c + 0,15*d + 0,20*e + 0,05*f$$

Em que:

a = Mais-valia para as populações, em termos de melhoria do acesso e redução de desigualdades

b = Demonstração do contributo para os objetivos do Programa e da Estratégia EUROPA 2020

c = Demonstração da viabilidade técnica e sustentabilidade financeira

d = Adequação do equipamento à pertinência das necessidades locais

e = Adoção das melhores tecnologias e boas práticas, nomeadamente em termos de eficiência energética e utilização sustentável dos recursos naturais

f = Explicitação de mecanismos que possibilitem a prossecução dos objetivos da política para a igualdade de oportunidades e igualdade de género

A valoração dos critérios de seleção é atribuída numa escala compreendida entre 1 a 5.

Sempre que os elementos disponibilizados pelo beneficiário não permitam classificar de forma fundamentada um determinado critério, será atribuída a pontuação de 1.

Para efeitos de seleção, o projeto considera-se elegível se obtiver uma pontuação de mérito absoluto final (MP) igual ou superior a 3.

9. Limite ao número de candidaturas

O beneficiário apenas poderá apresentar uma candidatura.

10. Prazo de Execução das Operações

O prazo máximo de execução da operação é de 2 anos (24 meses) a contar da assinatura do Termo de Aceitação.

11. Taxas de financiamento das despesas elegíveis

A taxa de cofinanciamento FEDER a aplicar à operação a aprovar é no máximo de 85% das despesas elegíveis, de acordo com o artigo 5.º, n.º 2, do REISE.

12. Forma e limites dos apoios

O apoio a conceder à operação a aprovar no âmbito do presente Aviso assume a forma de subvenção não reembolsável, nos termos do artigo 248.º do REISE.

13. Modalidades, procedimentos e prazo para apresentação das candidaturas

A apresentação da candidatura é efetuada através de formulário eletrónico no Balcão 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>).

Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a Região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

A candidatura deverá igualmente ser instruída com a documentação obrigatória constante do **Anexo C** a este Aviso, ou, em alternativa, deverá ser indicado o respetivo link de acesso.

O prazo para apresentação de candidaturas decorre entre o dia útil seguinte à data da publicação do presente Aviso e as 17:59:59 horas do dia 30/11/2020.

A data e hora de entrada de candidatura são as do registo que comprova a submissão do correspondente formulário no Balcão 2020.

14. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas

A candidatura é analisada e selecionada de acordo com os critérios de elegibilidade e os critérios de seleção previstos neste Aviso.

A decisão fundamentada sobre o financiamento a atribuir à candidatura é proferida pela Autoridade de Gestão (AG) envolvida no financiamento dos projetos “no prazo de 60 dias úteis, a contar da data limite para a respetiva apresentação” (artigo 20.º Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação).

O prazo de decisão, de 60 dias úteis, suspende-se quando sejam solicitados ao candidato quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez. A não apresentação pelo candidato, no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados significará a desistência da candidatura.

Na fase de notificação da proposta de decisão, o candidato poderá ainda ser ouvido no procedimento de audiência prévia, nos termos legais (CPA), sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar eventuais alegações em contrário, contados a partir da data da receção da referida notificação.

No **Anexo D** apresenta-se o diagrama ilustrativo sobre os procedimentos de análise e decisão da candidatura.

15. Aceitação da decisão

A aceitação da decisão da concessão do cofinanciamento é feita mediante a assinatura do termo de aceitação ou contrato, nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação. De acordo com este artigo, a aceitação do apoio poderá ser submetida eletronicamente e autenticada nos termos do artigo 11.º do mesmo diploma.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do mesmo diploma, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação ou contrato no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da

data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao candidato e aceite pela Autoridade de Gestão.

16. Dotação indicativa do fundo a conceder

A dotação FEDER da PI 9.7, vertente “infraestruturas sociais”, a afetar a este Aviso é de 700.000,00 euros (podendo este montante ser reforçado se tal se revelar necessário).

17. Identificação dos indicadores de realização e resultado a alcançar

Os critérios de seleção a. “Mais-valia para as populações, em termos de melhoria do acesso e redução de desigualdades” e b. “Demonstração do contributo para os objetivos do Programa e da Estratégia EUROPA 2020” contribuem para o alinhamento do projeto com os resultados do PO.

Proseguindo essa orientação para resultados, são objeto de contratualização e monitorização, para a candidatura a apoiar no âmbito do presente Aviso, os seguintes indicadores de realização e de resultado do Programa:

Tipo Indicador	Designação do Indicador	Unidade de Medida
Realização	Capacidade dos equipamentos sociais de acolhimento	n.º de vagas
Resultado	Utentes que beneficiam das intervenções em equipamentos apoiados	n.º

18. Programas Operacionais Financiadores

O financiamento do projeto de investimento no âmbito deste Aviso é assegurado pela AG do Programa Operacional Regional do Centro (Centro 2020).

19. Divulgação de resultados e pontos de contacto

No portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt) o candidato tem acesso a:

- a) Outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadadora;
- b) Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
- c) Pontos de contato para obter informações adicionais;
- d) Resultados deste concurso.

Coimbra, 3 de novembro de 2020

A Presidente da Comissão Diretiva do Programa
Operacional Regional do Centro

Isabel Damasceno

Anexo A - Custos Padrão

Para efeitos de apuramento do investimento elegível máximo identificam-se os seguintes custos máximos de referência por utente:

Respostas Sociais	Construção civil (Remodelação/ Reabilitação)	Equipamento móvel	Projetos Técnicos (Indexado ao Custo da Construção Civil)	Fiscalização (Indexado ao Custo da Construção Civil)
	CUSTO/UTENTE	CUSTO/UTENTE		
ERPI	15.690 €	2.995 €	5%	2%

Desde que associados à componente da Infraestrutura, consideram-se ainda os seguintes encargos:

- Projetos técnicos - o custo máximo considerado, corresponde a 5% do custo máximo de remodelação/reabilitação, por utente, multiplicado pelo n.º de utentes;
- Fiscalização - o custo máximo considerado, corresponde a 2% do custo máximo de remodelação/reabilitação, por utente, multiplicado pelo n.º de utentes;

Os custos máximos de construção civil fixados, por utente, incluem ainda as despesas relativas aos arranjos exteriores, com equipamento eletromecânico e com equipamento fixo.

Anexo B - Metodologia e critérios de seleção das candidaturas

As candidaturas são avaliadas com base no seu mérito, sendo que esta avaliação é feita por aplicação da metodologia e dos critérios de seleção aprovada pelo Comité de Acompanhamento do Programa Operacional “Centro 2020”.

Para a tipologia de intervenção foram identificados os critérios de seleção a aplicar, em função da sua adequação ao que se pretende avaliar.

Os critérios de seleção serão alinhados de acordo com os seguintes princípios gerais:

Categoria	Descrição
A. Eficácia e impacto em Resultados	Avalia o nível de contribuição para a concretização da métrica utilizada e objetivos delineados na programação para as prioridades de investimento em que as candidaturas se inserem, com principal foco no prosseguimento de estudos, na capacitação, na empregabilidade, na inclusão ativa, no combate à pobreza e qualquer tipo de discriminação. Os critérios considerados nesta categoria privilegiam a aferição do potencial de impacto em resultado e o estabelecimento de pressupostos e metas intercalares que permitam uma correta contratualização de resultados, avaliação e monitorização dos fatores críticos de sucesso da operação, tendo em atenção, designadamente, o desempenho histórico dos beneficiários.
B. Eficiência, qualidade e inovação	Pondera a racionalidade e sustentabilidade económica, bem como os recursos da operação e consequente adequação do esforço de financiamento ao impacto esperado em resultado (gestão inteligente dos apoios). Os critérios desta categoria deverão contemplar também a aferição da existência de medidas que promovam e/ou contribuam para a qualidade e inovação, no âmbito em que o projeto se insere.
C. Complementaridade e sinergias	Promove sinergias e complementaridade, não só pela qualidade e diversidade de parcerias ou protocolos com os agentes regionais, como pelo grau de envolvimento institucional da entidade, a nível local e ou regional, nomeadamente nos domínios, social, do emprego, da formação apoiada, integrando entidades diversas na procura de soluções inovadoras e que visem maximizar resultados e o seu potencial de disseminação e alavancagem de resultados.
D. Abrangência e transversalidade	Afere a ligação da candidatura com outras tipologias apoiadas. Os critérios desta categoria poderão apreciar também os níveis de cobertura territorial e do público-alvo da tipologia de operações.
E. Igualdade de oportunidades e de género	Pondera a existência de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género, em particular, no acesso ao ensino, à formação e ao mercado de trabalho.

Os critérios de seleção das categorias A e B devem representar mais de 50% da ponderação total, reforçando assim o foco em resultados e na qualidade/inação.

Categoria	Crítérios de seleção	Valoração	
A	a. Mais-valia para as populações, em termos de melhoria do acesso e redução de desigualdades	Muito Elevado	5
		Médio	3
		Muito reduzido	1
A	b. Demonstração do contributo para os objetivos do Programa e da Estratégia EUROPA 2020	Muito Elevado	5
		Médio	3
		Muito reduzido	1
B	c. Demonstração da viabilidade técnica e sustentabilidade financeira	Elevado	4
		Reduzido	2
B	d. Adequação o equipamento à pertinência das necessidades locais	Muito Elevado	5
		Médio	3
		Reduzido	2
B	e. Adoção das melhores tecnologias e boas práticas, nomeadamente em termos de eficiência energética e utilização sustentável dos recursos naturais	Muito Elevado	5
		Elevado	4
		Médio	3
		Muito reduzido	1
E	f. Explicitação de mecanismos que possibilitem a prossecução dos objetivos da política para a igualdade de oportunidades e igualdade de género	Muito Elevado	5
		Médio	3
		Muito reduzido	1

Anexo C - Documentação Obrigatória na Instrução de Candidaturas

1. Memória descritiva e justificativa que inclua:
 - a) Enquadramento na(s) tipologia(s) de investimento prevista(s) no aviso de concurso.
 - b) Descrição detalhada da candidatura, dos seus objetivos e da necessidade e oportunidade da realização da operação.
 - c) Calendário de realização física e financeira.
 - d) Identificação e justificação dos Indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o contributo da candidatura para os respetivos objetivos.
 - e) Caracterização técnica e fundamentação de cada componente de investimento, incluindo cálculos justificativos do apuramento do investimento elegível e não elegível propostos e a respetiva calendarização de realização física e financeira. Deverá ainda ser enviada a mesma informação em ficheiro excel editável (modelo em anexo ao aviso “Modelo_Orcamento_Global_Op”).
 - f) Justificação detalhada da correspondência entre os valores propostos para as componentes e as ações, e respetivos procedimentos contratuais. Deverá ainda ser enviada a mesma informação em ficheiro excel editável (modelo em anexo ao aviso “Modelo_Orcamento_Global_Op”).
 - g) Síntese do Grau de maturidade de cada componente de investimento.
 - h) Sustentabilidade da candidatura após realização do investimento.
 - i) Plano de comunicação a desenvolver no decurso da implementação da operação e na sua conclusão, de acordo com a alínea f) do artigo 247º do REISE.
2. Documentação comprovativa do grau de maturidade das componentes de investimento nos termos definidos no Aviso, designadamente: evidência do projeto aprovado pelas entidades competentes (deferimento do processo de licenciamento), peças escritas e desenhadas do projeto de execução de arquitetura e especialidades e pareceres legais obrigatórios emitidos no âmbito do processo de licenciamento.
3. Informação técnica detalhada dos serviços camarários, nos termos do RJUE (quando aplicável), que comprove a observância da operação urbanística com as normas legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis, designadamente as constantes de instrumento de gestão territorial, do regime jurídico de proteção do património cultural, do regime jurídico aplicável à gestão de resíduos de construção e demolição, e as normas técnicas de construção, acompanhada do extrato das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes do PDM, identificando a área de intervenção da candidatura.
4. Pareceres/licenças emitidos (caso aplicável) pelas entidades competentes no âmbito de:
 - a) Instrumentos de Gestão Territorial e restrições de utilidade pública.
 - b) Domínio Hídrico.
 - c) Avaliação de Impacte Ambiental.
 - d) Pareceres setoriais (aplicáveis a cada operação face à Prioridade de Investimento em causa).
 - e) Outra documentação específica decorrente do aviso.

- f) Parecer de entidade externa competente que fundamenta a exceção à necessidade de pareceres técnicos e licenciamentos, autorizações e obrigações legalmente exigidas.
5. Estatutos da entidade promotora aprovados e publicitados (quando aplicável).
 6. Documentação comprovativa da propriedade ou legitimidade para intervenção nos terrenos ou edifícios necessários à concretização da candidatura (incluindo planta com a identificação das respetivas parcelas).
 7. Modelo de gestão das infraestruturas previstas na candidatura onde seja evidenciada a tipologia de exploração dos espaços e/ou equipamentos (concessão, arrendamento, venda, etc.), como e quem será responsável pela manutenção e conservação dos espaços e/ou equipamentos, bem como a indicação/justificação dos custos e receitas associados.
 8. No caso dos projetos geradores de receitas, demonstração do cumprimento das normas comunitárias e nacionais aplicáveis, nomeadamente o previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, conforme orientação ou norma específica do Programa Operacional, através da apresentação de:
 - a) Memória descritiva e justificativa dos valores constantes do mapa do apuramento do défice de financiamento, fundamentando os mesmos, incluindo um Plano de Gestão e Exploração que inclua informação sobre os respetivos recursos humanos envolvidos, receitas, assim como a forma como ficam assegurados os respetivos custos de manutenção e exploração.
 - b) Quadro síntese atualizado das receitas e custos estimados, desagregado por tipologia, depois da implementação do projeto, incluindo projeção de receitas e custos para os anos posteriores.
 - c) O quadro do apuramento do défice de financiamento (modelo em anexo ao presente aviso), deverá ser apresentado em formato “excel” editável, e o seu preenchimento deverá ser baseado nos seguintes pressupostos:
 - Os custos e as receitas apurados devem refletir uma análise incremental, devendo constar somente os acréscimos provenientes da realização da operação proposta, isto é, não deverão ser considerados custos/receitas preexistentes.
 - A evolução das receitas e dos custos deverá ser realizada a preços constantes (taxa de inflação = 0%).
 - O período de referência a considerar para efeitos de apuramento do défice será, em regra de 15 anos após a conclusão do investimento, salvo exceções decorrentes da tipologia de infraestrutura.
 9. Comprovativo do enquadramento do beneficiário e da operação em termos de IVA.
 10. Contributo para a fundamentação da análise de mérito, atendendo aos critérios de seleção constantes do presente aviso.
 11. Comprovativo da inscrição da totalidade dos investimentos propostos no orçamento da instituição, aprovados pelo órgão competente, devidamente assinado.
 12. Declarações de compromisso do órgão competente da entidade em como assegura o cumprimento das orientações e normas técnicas aplicáveis decorrentes do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro e do REISE.

13. No caso de despesas inerentes à aquisição de imóveis que se revelem imprescindíveis, deverá ser apresentada a seguinte documentação comprovativa:
 - a) Relação direta entre o imóvel e os objetivos da operação, só podendo ser utilizados em conformidade com os objetivos da operação em causa.
 - b) Declaração de um avaliador independente e acreditado ou de um organismo oficial devidamente autorizado para o efeito, que certifique que o custo não excede o valor do mercado, que o bem está em conformidade com a legislação nacional ou, que especifique os pontos que, não estando conformes, devem ser retificados pelo beneficiário final no âmbito da operação.
 - c) Nos sete anos precedentes, o custo do imóvel não ter sido objeto de ajuda de subvenções nacionais ou comunitárias.
14. No caso da reabilitação de imóveis, documento comprovativo da idade do imóvel a intervencionar ou relatório do nível de conservação do imóvel.
15. Avaliação dos riscos associados à operação, designadamente de carácter financeiro ou de execução, nomeadamente os associados à existência de achados arqueológicos na área de incidência.
16. Declaração de compromisso, assinada por quem possa vincular a entidade, que ateste o cumprimento do previsto nas normas nacionais e comunitárias aplicáveis, bem como nas orientações e recomendações contidas nos pareceres da Autoridade de Gestão referentes ao mesmo.
17. Declaração de compromisso, assinada por quem possa vincular a Entidade, em como não tem salários em atraso reportados à data de apresentação da candidatura ou até ao momento de assinatura do termo de aceitação.
18. Check-list de verificação dos procedimentos contratuais (modelo em anexo ao presente aviso) já concluídos (com upload dos respetivos documentos de suporte no módulo de contratos do Balcão2020 - disponível após submissão da candidatura) ou iniciados (com upload dos respetivos documentos de suporte já existentes, em anexo ao formulário de candidatura);
19. Check-list de verificação das Regras Ambientais devidamente preenchida (modelo em anexo ao presente aviso).
20. Check-list de “Igualdade de Oportunidades” devidamente preenchida (modelo em anexo ao presente aviso).
21. Declaração de Compromisso do TOC/ROC/Responsável Financeiro (modelo em anexo ao presente aviso).
22. Declaração de Compromisso do Beneficiário (modelo em anexo ao presente aviso).
23. Protocolo de Cooperação para a implementação da experiência piloto Estrutura de Acolhimento Residencial para Pessoas idosas - Mulheres vítimas de violência doméstica.

Anexo D - Diagrama dos procedimentos de análise e decisão das candidaturas

